

Banco Mundial culpa mudança de critério

Rosental Calmon Alves
Correspondente

WASHINGTON — Técnicos do Banco Mundial (Bird), surpresos com o recente agravamento das relações entre o governo brasileiro e a instituição, disseram que os problemas são, em grande parte, causados pela mudança nos critérios de Brasília sobre as negociações de empréstimos. Alegaram que novas dificuldades e complicações burocráticas foram criadas desde que, há uns seis meses, o Ministério do Planejamento passou a controlar essas negociações, que antes ficavam à cargo do Ministério da Fazenda.

Desde essa mudança, ficou bem mais difícil, por exemplo, o envio de missões do Banco Mundial para estudar projetos no Brasil, a troca de documentação passou a ser emperrada por pequenos detalhes burocráticos e, automaticamente, o ritmo de liberação de empréstimos foi afetado, segundo essas alegações. Os técnicos disseram que vários projetos já poderiam ter resultado na liberação de algumas centenas de milhões de dólares para o Brasil, se não fosse por esses problemas.

Um funcionário brasileiro, familiarizado com as negociações, estranhou as críticas desses técnicos, mas confirmou que o governo mudou de critérios nas sua relação com o Banco Mundial, desde que o Planejamento começou a tentar

coordenar as negociações. "Nunca tinha havido uma preocupação com o controle do conjunto dos projetos com o Banco Mundial. Ao procurar esse controle, descobriu-se que havia muita improvisação e procedimentos errados", disse o funcionário.

Quanto aos obstáculos criados para que missões técnicas fossem ao Brasil nas últimas semanas acelerar o financiamento de projetos, a fonte brasileira explicou que, de fato, tem havido maior controle nas autorizações. "O Banco Mundial tinha, às vezes, 10 ou 15 missões no Brasil, ao mesmo tempo. Em algumas ocasiões o Banco Central nem sabia que os técnicos estavam no país. O que o Planejamento está fazendo é apenas tentar organizar um calendário de visitas, para facilitar o trabalho de todo mundo".

O Planejamento também se tornou um verdadeiro bastião de resistência às tentativas que o Banco Mundial vem fazendo para monitorar a situação macroeconômica do Brasil. Na realidade, tem havido uma disputa nesse campo entre o Bird e o FMI. O governo brasileiro parece convencido de que já basta o monitoramento do Fundo e rejeita as atuais tentativas do Bird de vincular pelo menos os empréstimos setoriais (como o de US\$ 500 milhões para a Eletrobrás) à aprovação das perspectivas macroeconômicas do país.

Tanto os técnicos do Banco Mundial, quanto os funcionários brasileiros envolvidos nas negociações chamam a atenção para uma contradição que está colaborando para impedir o Brasil de ter novamente saldo positivo com a instituição (pelo terceiro ano consecutivo, o país vai pagar ao Bird mais do que vai receber): por um lado, o banco pede ao Brasil que adote uma política de austeridade e contenção de gastos, por outro lado exige uma contrapartida em cruzados para muitos dos empréstimos — para que a austeridade exista, é natural que falte dinheiro para a contrapartida.

O Banco Mundial exige, em muitos casos, que os recursos aprovados para determinados projetos sejam aplicados somente se o governo brasileiro entrar com uma parte do custo total. Quando o dinheiro é posto à disposição do país e não há a contrapartida local, o Banco Mundial cobra uma taxa pela não utilização dos recursos. Há alguns casos desse tipo nas relações do banco com o Brasil. O mais notório é o de um financiamento de obras de emergência contra as enchentes do Rio, que está liberado, mas não pode ser usado porque a Caixa Econômica Federal não tem a contrapartida. O governo do Estado do Rio está pagando menalmente a taxa pela não utilização dos recursos.